

Alguns analistas da imprensa e fora dela estranharam o ritmo de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em sua primeira semana no Palácio do Planalto. O presidente não deu nenhuma declaração bombástica, não determinou medidas chamadas de impacto ou tomou qualquer iniciativa estrondosa para marcar a sua ascensão ao poder. Na área federal, o noticiário político foi produzido por ações ou movimentos dos quais o governo procurou manter-se a uma asséptica distância, notadamente a obstrução corporativista do Senado à aprovação do nome indicado para a presidência do Banco Central - que embarça a administração, mas é, afinal, um problema do Legislativo - e as articulações partidárias para que o governo passe a contar com um coordenador político oficialmente investido dessa função.

Em vez de perder-se nessa politicagem, o presidente preferiu concentrar sua atenção em formular um modelo de administração, muito semelhante ao adotado pelas empresas modernas, capaz de permitir a sintonização de seu Ministério. Sendo os objetivos de seu governo claramente enunciados durante a

campanha eleitoral e reiterados depois da vitória, a preocupação central de Fernando Henrique, nestes primeiros dias, é encontrar meios que possibilitem efetivamente alcançá-los.

A estrutura que montou, e que agora começa a ser testada, baseia-se no Conselho de Governo, que se divide em câmaras, sob a presidência do ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, que tratarão de questões específicas reunindo os ministros diretamente envolvidos. Essas câmaras terão comitês executivos, de todos os quais participarão, além de Carvalho, os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra.

Embora esse sistema guarde uma certa similitude com os Grupos Executivos que atuaram no governo do presidente Juscelino Kubitschek, ele não deixa de ser inovador na administração pública brasileira, pois deve assegurar, com a presença dos três ministros, que as despesas, no âmbito dos 22 minis-

Barreira às pressões

térios e das sete secretarias, estarão estritamente condicionadas à existência de recursos. As pastas ministeriais deixam, assim, de ser feudos que administrariam determinadas verbas em programas próprios e que poderiam, como freqüentemente ocorreu no passado, sobrepor-se a outros em andamento em áreas diferentes da administração. Há mesmo casos em que programas neste ou naquele setor chegaram a colidir, se não nas intenções, pelo menos em sua aplicação na prática.

Além de facilitarem enormemente a coordenação administrativa, as câmaras têm outra distinta vantagem: elas devem impedir que pleitos que não se enquadrem nos objetivos prioritários do governo venham a ter livre curso na esfera de um ministério. As câmaras ou seus comitês executivos devem impedir essa distorção.

Pode-se alegar que esse arcabouço é pesado, pode tornar as decisões mais lentas,

implicando excessivas reuniões, etc. Ou que pode vir a acirrar conflitos entre os ministros "fortes" e aqueles tidos como fracos. É preciso notar, primeiro, que a agilidade das decisões depende mais da apresentação, pelos diversos ministérios, de projetos tecnicamente bem elaborados do que da duração de reuniões, ou seja, quanto melhores forem os projetos, mais rapidamente eles avançarão. Quanto a desinteligências no Gabinete, a solução é óbvia: o presidente é o árbitro.

A liderança indiscutível do presidente leva-nos a crer, bem a propósito, que o governo pode prescindir da indicação de um coordenador político. No presidencialismo, o chefe de Estado e de governo é, ele próprio, o coordenador político, tarefa para a qual o presidente Fernando Henrique Cardoso é particularmente vocacionado.

O essencial para o êxito do governo - e é isso que se busca fazer desde o início - é barrar as pressões de interesses clientelistas ou de grupos econômicos, e o processo de tomada de decisões delineado na semana passada obedece a esse propósito. Sem excluir o diálogo, a nova estrutura vem reforçar o compromisso com um programa de governo.